

Jornal do SAESC

Impresso
Especial

Nº 68001041/01-DR/SC

SAESC

CORREIOS



Informativo do Sindicato dos Administradores de SC - Ano XI - nº 70 - nov/dez de 2005

Reforma sindical fica para 2006

**Leia
nesta
edição**

**Governo do Estado
quer criar
“organizações sociais”
página 2**

**Assembléia define
valores das anuidades,
imposto sindical e
proposta orçamentária
página 3**

**Adm. João Paulo
Souza fala de
flexibilização e rumos
do sindicalismo
página 4**

No dia 13 de dezembro, após intensa mobilização de militantes sindicais contra o substitutivo do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS) à Reforma Sindical (Projeto de Lei 1528/89) e as outras 13 propostas apensadas que tratam do tema foram retirados da pauta da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e só deverão ser votados no próximo ano. O adiamento foi pedido pelo próprio deputado Zimmermann e outros parlamentares que querem ampliar o debate nos 27 estados para ouvir as lideranças locais sobre o assunto. Há um consenso pela regulamentação do artigo 8º da Constituição, que trata da liberdade de associação sindical. O princípio da unicidade sindical e a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas também constam do texto constitucional.

De interesse do trabalhador

No mesmo dia 13 de dezembro, a CUT entregou um documento ao Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pedindo além de uma definição da reforma sindical, a valorização do salário mínimo com aumento real, negociações com os servidores públicos e medidas de combate ao trabalho escravo. Outra prioridade da Central Única dos Trabalhadores é a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

393/01, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais no primeiro ano, e para 35 horas, dois anos depois da primeira redução, bem como prevê o aumento da remuneração da hora extra. Esta passaria a ser pelo menos 100% maior que o valor do serviço normal e, no caso de domingos e feriados, 200% maior. Atualmente, o valor é 50% maior. Esta proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e agora segue para análise de uma comissão especial.



Feliz Natal!

PRÊMIO SAESC 2005



Foram três as alunas que receberam o Prêmio Saesc Universitário neste ano. Em abril, Renata Pacheco. No mês de agosto, Lucyana Medeiros Simões de Almeida, e em outubro, Christine Schneider. Elas receberam R\$ 800 em dinheiro cada, além de troféu. Foram as alunas das suas turmas com melhor índice de aproveitamento no decorrer de todo o curso de Administração na UFSC.

REPRESENTANTES

Arno Veiga Cugnier (Florianópolis), indicado pela Intercel, foi eleito no final de outubro para representar os empregados no Conselho de Administração da Celesc. Seu mandato será de três anos. Já José Klafke (São Miguel do Oeste) e Geraldo Prus (Joinville), também indicados pela Intercel, foram eleitos para representar, como titular e suplente, os participantes ativos no Conselho Deliberativo da Fundação Celos.

CELESC 50 anos

As duas primeiras semanas de dezembro marcaram as comemorações do Cinquentenário da Celesc. Dia 6 de dezembro a Assembléia Legislativa realizou uma Sessão Solene. De 8 a 11, aconteceram em Lages os tradicionais jogos da Celesc. E no dia 13, na Administração Central, uma extensa programação fechou as comemorações. O Saesc participou de todas as atividades num momento importante depois que os deputados estaduais aprovaram, em outubro, a desverticalização da empresa que poderá resultar na privatização dos ativos de geração.

REFORMA

O Saesc reformou as salas (escritório e de reunião), com a compra de móveis e computadores, para melhor atender aos Administradores.

AMIGO DO HU

O Sindicato dos Administradores recebeu o título de Sindicato Amigo do HU por estar contribuindo com a Associação Amigos do Hospital Universitário, entidade que se dedica na busca de melhores condições de atendimento para que o HU continue sendo referência nacional. Ele é o único hospital totalmente público do Estado.



Informativo do Sindicato dos Administradores de SC. Jornalista Responsável: Alessandra Mathyas (JP 00755 SC). Projeto Gráfico: Frank Maia. Diretor Responsável: Adm. Mário César Silva e-mail: saesc@floripa.com.br fone: 48 222-8080

www.saesc.org.br

Governo quer trocar Cidasc por “organização Social”

Mesmo depois da realização de uma audiência pública que abordou os problemas da criação de organização social na área da agropecuária, o Governo do Estado conseguiu aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, no dia 14 de dezembro. O Governo quer votar o projeto ainda neste ano. Para os sindicatos da Intersa – Intersindical dos Trabalhadores em Empresas de Agricultura, o assunto preocupa, pois a Cidasc, que atua na área da sanidade animal, poderá ser substituída.

“As Organizações Sociais foram criadas por Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda do Governo Sarney, em 1987, para enxugar o Estado e substituí-lo por formas privadas ou terceirizadas de execução de suas tarefas. Devido ao seu fracasso e pouca utilização, foi abandonado”, argumenta Nauro José Velho, coordenador da Intersa. Agora a proposta foi “ressuscitada” pelo Governo LHS, em Santa Catarina.

Nauro explica que o primeiro passo para a criação deste instrumento ocorreu ainda em janeiro de 2003, quando o Governo Estadual propôs a extinção das Empresas e sua substituição por Agências de Desenvolvimento. Depois, no segundo semestre de 2004, o

JONAS LEMOS CAMPOS



Comissão aprova projeto polêmico, em reunião extraordinária, dia 14/12. Intersa intensifica mobilização

Governo iniciou um novo processo de ataque às empresas, agora para transformá-las em autarquias. Tanto na primeira tentativa quanto na segunda, a Intersa realizou forte mobilização na Assembléia Legislativa e junto à sociedade catarinense, o que garantiu a sobrevivência das empresas públicas.

Em agosto deste ano foi criado por um grupo de 15 empregados da Cidasc, o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária – ICASA, com a finalidade de:

“Apoiar e desenvolver atividades de defesa sanitária agropecuária junto a órgãos e entidades públicas e privadas podendo atuar nas seguintes atividades: contribuir com os órgãos oficiais..., na execução dos programas de defesa sanitária animal...”

Desta forma habilita-se como Organização Social, justamente para desenvolver as atividades hoje realizadas pela Cidasc. Foi em função deste fato que aconteceu a audiência pública do dia 6 de dezembro. Na ocasião o representante do Ministério Público ratificou as preocupações da Intersa ao afirmar que estas “organizações sociais” são um risco para a administração pública, pois não estão sujeitas à fiscalização e controle dos órgãos responsáveis, como Tribunal de Contas e o próprio Ministério Público.

Ainda que o projeto não tenha sido arquivado, como defendeu o movimento sindical, para a Intersa, integrada também pelo Saesc, a principal ação continua sendo a defesa das empresas públicas e a abertura de concurso público para repor as vagas e assim garantir a prestação do serviço com qualidade. ++

AGRICULTURA

Assembléias definem pré-pauta para ACT

No dia 12 de dezembro, os trabalhadores da Epagri, Cidasc e Ceasa definiram em 18 sessões regionais da Assembléia Geral Estadual Extraordinária, a pré-pauta de reivindicações da campanha salarial 2006/2007, bem como elegeram os novos dirigentes regionais da Intersa. Entre os pontos que deverão ser priorizados na campanha estão a reposição das perdas salariais, a garantia de emprego e condições de trabalho e a manutenção da Cidasc como empresa pública. Os trabalhadores deverão reunir-se em 20 de fevereiro de 2006 para aprovação final da pauta e encaminhamento às empresas no início de março, quando começa oficialmente a campanha salarial.

TRACTEBEL

Sindicatos querem PLR e aumento real

Na última reunião de negociação com a Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário, a Tractebel apresentou proposta de Termo Aditivo visando estabelecer as condições e critérios da PLR do exercício 2005 e parâmetros econômicos para o ACT 2005/2006. A proposta dos sindicatos é que o bônus gerencial para PLR evolua para no mínimo 9% e que o índice de reajuste salarial para o acordo coletivo signifique aumento real para a categoria, já que neste ano a maioria das categorias do país, tanto de estatais como da iniciativa privada, conseguiram aumentos reais que variaram de 1% a 4%. ++

Assembléia define novos valores

A Assembléia Geral Ordinária dos Administradores de Santa Catarina, realizada no dia 1º de dezembro, definiu o valor de R\$ 60,80 para o pagamento do Imposto Sindical (contribuição Sindical). Igual valor será destinado à Contribuição Confederativa e o valor das anuidades para os administra-

dores que queiram associar-se ao Saesc (veja matéria ao lado). A Assembléia aprovou ainda os valores da Proposta Orçamentária para 2006, conforme resumo abaixo. *(A proposta detalhada está disponível na sede do sindicato e na página da entidade na internet).*

DESPESAS	VALOR
PESSOAL	30.750,00
COM TERCEIROS	25.300,00
ADMINISTRATIVAS	5.100,00
DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	40.300,00
DESPESAS DO VEÍCULO	5.400,00
DAS INTERSINDICAIS	9.850,00
DESPESAS DIVERSAS	5.200,00
DESPESAS FINANCEIRAS	2.100,00
TOTAL DO CUSTEIO	124.000,00
APLICAÇÃO DE CAPITAIS/INVESTIMENTOS	21.000,00
RESERVA FINANCEIRA	183.000,00
TOTAL	328.000,00
RECEITAS	VALOR
RENDA TRIBUTÁRIA	
Contribuição Sindical - Pessoa Física e Jurídica	34.000,00
RENDA SOCIAL	
Mensalidades e Anuidades	70.000,00
RENDA PATRIMONIAL	
Juros de Depósitos e Aluguel de Imóveis	36.000,00
RENDA EXTRAORDINÁRIA	
	5.000,00
TOTAL DE RECEITAS	145.000,00
RECURSOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	183.000,00
TOTAL	328.000,00

Entidades estão mibilizadas contra privatização da Casan

Os sindicatos que representam os trabalhadores da CASAN estão mobilizados contra o Projeto de Lei 442/05, apresentado pelo Governo do Estado. A proposta prevê a transição do modelo estadual de saneamento para o âmbito das parcerias público-privadas. Em outras palavras, permitiria a privatização do sistema em todos os municípios catarinenses. A proposta foi

rejeitada integralmente pelas entidades e pelo próprio Conselho de Administração da CASAN. O projeto ingressou em regime de urgência na Assembléia Legislativa, mas graças à pressão popular, a aceleração do trâmite foi contida. Os trabalhadores da CASAN, que participam do Fórum Parlamentar constituído na Assembléia Legislativa para debater a

situação da empresa, conquistaram o apoio de diversos deputados. Dessa forma, o líder do governo na Assembléia, deputado João Henrique Blasi (PMDB), empenhou sua palavra ao garantir que o PL 442/05 não seria votado antes que o Fórum concluísse suas discussões – o que, segundo o roteiro, só deve acontecer em março de 2006. *(Colaboração: Ascom Sintae)*

organização

Saiba como contribuir com o Saesc

A filiação ao SAESC não é uma obrigação, mas uma questão de opção, que depende da consciência individual do administrador e da vontade de fortalecer a sua categoria profissional. São as contribuições do administrador que mantêm o funcionamento do SAESC, cuja missão primordial é representar e defender, administrativa ou judicialmente, os interesses e direitos da categoria profissional dos administradores. Estas contribuições são classificadas como voluntárias ou compulsórias.

VOLUNTÁRIA é a mensalidade/anuidade, também chamada contribuição estatutária, cobrada dos filiados, cujo valor é anualmente definido pela Assembléia Geral Ordinária dos Administradores. A mensalidade é descontada em folha de pagamento do Administrador que trabalha nas empresas com as quais os Saesc mantém Acordo Coletivo. Já a anuidade é cobrada mediante boleto bancário enviado por correio ao associado. e que paga o respectivo valor em banco.

COMPULSÓRIA é o chamado **IMPOSTO SINDICAL**, ou contribuição sindical. É uma cobrança compulsória, definida por lei desde a Constituição de 1937. Esse imposto tem caráter tributário e é devido por todos os trabalhadores – empregados, autônomos e profissionais liberais – e também pelos empregadores. Para o trabalhador empregado, o valor do imposto sindical corresponde a um dia de trabalho no mês de março. Os profissionais liberais (administradores, economistas, engenheiros e outros) têm a opção de pagar este imposto através de guia remetida em fevereiro pelo correio.

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA é uma contribuição prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, cujo valor é definido pela Assembléia Geral do Sindicato e destina-se exclusivamente para os órgãos representativos de cada categoria, repartida entre sindicato, federação e quando houver, confederação. Seu valor, assim como a contribuição voluntária, também é fixado por Assembléia Geral, devendo ser pago apenas pelos associados da entidade. Neste caso o desconto independente de autorização individual.



ATENÇÃO PARA OS PRAZOS E DESCONTOS

O Saesc está encaminhando os boletos bancários para pagamento de anuidade de 2006. Vale lembrar que os administradores que pagam a anuidade até o dia 30 de Janeiro, recebem a guia do Imposto Sindical quitada. Os valores são os seguintes:

Pagamento até 30/12/2005 – R\$ 120,00
Pagamento até 31/01/2006 – R\$ 130,00
Pagamento até 28/02/2006 – R\$ 140,00
Pagamento até 31/03/2006 – R\$ 150,00
Pagto. após 31/03/2006 – R\$ 165,00 + 1% ao mês
 Caso não receba o boleto, entre em contato com o sindicato pelo telefone 48 3222-8080 ou e-mail saesc@floripa.com.br

FLEXIBILIZAÇÃO

os sindicatos e a nova ordem mundial

“São bandeiras de lutas, perenes e impostergáveis, de todo sindicalista a luta pela realização dos direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora, incluindo aí os direitos humanos, democracia e a solidariedade entre os povos.” Nesta entrevista, concedida a estudantes de Direito da Faculdade CESUSC*, de Florianópolis, o atual presidente do Saesc, JOÃO PAULO DE SOUZA**, fala das novas relações no mundo do trabalho e perspectivas sindicais.

Observamos hoje o crescente conflito entre patrões e empregados, desemprego crescente e o trabalhador cada vez mais explorado na sua força produtiva. Qual o papel do sindicato neste processo?

Organizar os trabalhadores para enfrentar o patronato na disputa pelas vantagens materiais e culturais decorrentes do progresso econômico, do avanço da tecnologia, na participação política e na distribuição da renda e da riqueza material e cultural produzida pela força de trabalho.

Qual a sua opinião sobre a flexibilização e a desregulamentação das leis trabalhistas?

Essa nova forma de falar em retirada dos direitos trabalhistas aprofunda a precarização das condições de trabalho, marginaliza grande parte da força de trabalho, destrói as organizações dos trabalhadores e cria um mercado de trabalho informal, onde os salários dos trabalhadores são aviltantes, sem os benefícios da previdência social.

Dados comprovam que trabalhadores veteranos estão se desligando dos sindicatos enquanto trabalhadores novos não estão se sindicalizando. Qual o motivo?

Porque os Sindicatos já não mais respondem às necessidades crescentes da classe trabalhadora, principalmente em razão da informalização do mercado de trabalho e da precarização das condições de trabalhos, questões para as quais os sindicalistas não têm

resposta imediata. Esta é uma situação nascida da globalização da economia e da política implantada pelo neoliberalismo.

Hoje vivemos a realidade do trabalho escasso, seletivo, mal remunerado. É uma tendência mundial?

Sim, a precarização das condições de trabalho, a robotização, a transferência do risco e de parte dos custos da mão de obra para os próprios trabalhadores, a informalidade na contratação, tudo isso é feito basicamente mediante flexibilização dos direitos trabalhistas. Estes são os novos desafios do mundo do trabalho, cujo enfrentamento os Sindicatos e os sindicalistas ainda não desenvolveram formas de luta próprias, idôneas para conter o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores e a exclusão social que isso implica

A carteira assinada está sendo trocada pela prestação de serviços, sem qualquer vínculo ou benefícios ao trabalhador, apenas o emprego. Isto é uma ameaça aos sindicatos?

Em parte, sim, porque desorganiza a representação da classe trabalhadora – os sindicatos, principalmente. Entretanto, constitui também um desafio para os trabalhadores e suas lideranças no sentido de redirecionar a luta sindical, alterar a sua pauta de reivindicações, acentuando a luta pelos direitos históricos e criando novos espaços de luta sindical e política, a fim de alterar a atual correlação de forças entre o capital e

o trabalho. Ganhar os espaços institucionais no Estado, democratizando as instituições é talvez um novo campo de luta do movimento sindical no século XXI, uma vez que temas importantes como a terceirização da economia, o meio ambiente, a formação de blocos econômicos (MERCOSUL, UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA), envolverão também trabalhadores de outros países, o que torna possível construir alianças inclusive em nível internacional.

As promessas do governo de geração de empregos, são um paliativo para a situação atual?



São paliativos porque o desemprego é estrutural no Brasil e no mundo. Ele é inerente ao modo capitalista de produção, que cada vez mais substitui mão-de-obra por tecnologia. O desemprego só pode ser resolvido quando novas concepções atingirem o mundo do trabalho, por novos padrões culturais, como por exemplo, a produção solidária de bens e serviços para atendimento de necessidades humanas básicas (saúde, educação, lazer), ou seja, pela aplicação solidária do tempo livre.

A exploração do trabalho infantil, o desrespeito com a mulher e os baixos salários mostram a perversidade do capitalismo. O governo está inerte, apenas mediando os conflitos, enquanto os sindicatos permanecem

passivos, discutindo pequenos ganhos salariais. Neste contexto pode-se dizer que a sociedade do trabalho está em crise? Qual o possível caminho a seguir?

Sim. O mundo do trabalho do século XX, firmado na idéia de pleno emprego dos fatores de produção, se exauriu, embora sobrevivam formas bárbaras de relações trabalhistas típicas do século XIX. Um dos caminhos talvez seja a redução da jornada de trabalho diária máxima de cinco ou seis horas para todos, já que a tecnologia permite até mesmo aumentar a produção diminuindo as horas de trabalho. Outro caminho é aprendermos a lidar com o tempo livre, o que implica

“A flexibilização do trabalho aprofunda a precarização das condições de trabalho, marginaliza grande parte da força de trabalho, destrói as organizações dos trabalhadores e cria um mercado de trabalho informal, onde os salários dos trabalhadores são aviltantes, sem os benefícios da previdência social.”

alterarmos nossos padrões culturais e nossas relações humanas, talvez aplicando esse tempo em atividades solidárias de solução de problemas humanos em áreas sensíveis como educação, saúde, lazer, etc...

Creio, ademais, ser possível utilizar os recursos da tecnologia atualmente existentes para produzir bens de consumo básico para suprir as necessidades básicas dos seres humanos, sem o qual não sairemos da cultura da violência em direção a uma cultura da paz. Para tanto, uma nova ética deve orientar a política, de modo a domesticar o poder e regular as instituições, fazendo o Estado cumprir a missão histórica para o qual foi criado: garantir o bem comum.

* Para a publicação no Jornal do Saesc, foram selecionadas apenas questões do âmbito trabalhista. Entrevista feita pelos acadêmicos Alexandre Tomaz Silva, Luiz Ricardo Boppré e Névio Santa Ana Fernandes Filho. **João Paulo de Souza é formado em Administração e em Direito pela UFSC, com pós graduação em Administração Pública e Relações Internacionais.